

O MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com sede à Av. Santos Dumont, 75 - Centro, nesta cidade, por sua Prefeita Municipal em exercício, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que fará realizar LICITAÇÃO, com base no processo licitatório nº 1547/18, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, mediante Pregoeira e Equipe de Apoio designados pela portaria nº 452/17, tendo por local a sala de licitações junto a esta Prefeitura, regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Leis Complementares nº 123/06, 127/07, 147/14, subsidiariamente a Lei 8.666/93, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

1. OBJETO:

Aquisição de equipamentos eletrônicos e mobiliário para Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme termo de referência do anexo I do Edital.

- 2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.
 - **2.1. Local:** Sala de Licitações, sito à Av. Santos Dumont, 75, junto à Prefeitura Municipal, diretamente com a Pregoeira Designada (Cristiane Seidel).
 - **2.2. Data:** Os Envelopes deverão ser entregues (*inclui-se os via postal*) para a Pregoeira impreterivelmente até às **15h30min do dia 19 de abril de 2018**, horário em que se encerra o credenciamento.
- 3. ABERTURA DOS ENVELOPES: 15h35min do dia 19 de abril de 2018.

4. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

- **4.1.** MODALIDADE: Pregão Presencial.
- **4.2.** REGIME DE EXECUÇÃO: Aquisição pelo Menor Preço por item
- **4.3.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por item, nas propostas classificadas pela Pregoeira.
- **4.4.** PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: Os objetos deverão ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias, conforme estipulado no anexo I do Edital, prazo que começa a fluir da data de recebimento do empenho.
- **4.5.** RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orcamentárias:

Órgão: Secretaria Municipal de Assistência Social Unidade: Fundo Municipal de Assistência Social

Proj/Ativ.: 2132 — Manutenção da Secretaria de Assistência Social Elemento: 675 — 4.4.90.52. Equipamentos e material permanente

Recurso: FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social



- **4.6.** PAGAMENTO: O <u>pagamento</u> será efetuado 10 dias úteis após a entrega dos objetos, por empenho, mediante apresentação do documento fiscal correspondente ao objeto contratado e conferência e atestado de recebimento do objeto pelo fiscal do contrato.
- **4.6.1** O <u>pagamento</u> será efetuado mediante cheque, podendo ser efetuada mediante transferência bancária se o Banco for condizente à conta de recursos utilizada pelo Município, conforme cronograma de pagamento e disponibilidade de caixa a data pretendida. Não há possibilidade de pagamento por transferência, caso haja despesas bancárias para tal. A empresa poderá na proposta, indicar mais de uma conta bancária, para que possamos utilizar o mesmo banco quando do pagamento, havendo liquidez imediata.

4.7. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo V. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo VI. Modelo de Declaração de Microempresa ou empresa de Pequeno Porte;

Anexo VII. Minuta do Contrato.

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

- **5.1.** O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado junto a Pregoeira (Cristiane Seidel), na Divisão de Compras, sito à Av. Santos Dumont, 75 Centro Três Passos, RS, em dias úteis, das 13h30min às 17h00min, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.
- **5.2.** O Edital também está disponível para download no endereço <u>www.trespassos-rs.com.br</u> no ícone licitações/2018.
- **5.3.** Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- **6.1**. Poderão participar do presente certame todos os interessados do **ramo pertinente ao objeto** que preencham as condições exigidas neste Edital.
- **6.2**. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:
 - a) Pessoa física;
 - b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;



- c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;
- e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.
- f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;
- g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7. DO CREDENCIAMENTO

- **7.1.** Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRA documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.
- **7.2.** O credenciamento far-se-á por meio de **documento público de procuração ou instrumento particular**, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRA, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.
- **7.2.1.** Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do ato constitutivo da proponente ou outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.
- **7.3.** Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar **cópia do respectivo estatuto/contrato social** ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.
- **7.4.** Ainda e exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues, e fora dos envelopes:
- **7.4.1.** A <u>Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação</u>, nos termos do artigo 4°, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.



- **7.4.2.** A Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, firmada pelo contador da empresa ou certidão emitida pela Junta Comercial do ano em exercício.
- **7.4.3.** Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.
- **7.5.** A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 7.1, 7.2, 7.2.1 e 7.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A <u>falta do item 7.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES</u> PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

8. <u>FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE</u> PREÇOS

8.1. DOS ENVELOPES:

8.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

AO MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS/RS
A/C PREGOEIRA (Cristiane Seidel)
AV. SANTOS DUMONT, 75
PREGÃO PRESENCIAL Nº...(CONSTANTE NO CABEÇALHO DO EDITAL)
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)
E-mail:
Telefone:

AO MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS/RS
A/C PREGOEIRA (Cristiane Seidel)
AV. SANTOS DUMONT, 75
PREGÃO PRESENCIAL Nº...(CONSTANTE NO CABEÇALHO DO EDITAL)
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)
ENDERECO (ENDERECO COMPLETO DA EMPRESA)

- **8.1.2.** O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no **Item 9** deste Edital.
- **8.1.3** O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no **Item 11** deste Edital.

9. DA <u>PROPOSTA DE PREÇOS</u>

9.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em <u>60 (sessenta) dias</u>, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1(uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

- 9.2. Na proposta de preços deverão constar:
 - **a)** Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para deposito, e se existente fax para contato e endereço eletrônico (e-mail);
 - **b**) os preços totais em moeda corrente nacional;

9.2.1 Sob pena de desclassificação

- **b**) Os itens e os **preços unitários**, cotados em moeda corrente nacional com apenas duas casas decimais (02, dois dígitos após a vírgula), e apresentados em CIF (produto posto no local de entrega);
- 9.3. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.
- **9.4.** Na formulação da proposta, a LICITANTE deverá computar todos os custos relacionados com a prestação dos serviços, ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

- **10.1.** Concluída a fase de Aceitação de Propostas, a Pregoeira comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.
- **10.2.** Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.
- **10.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (EPP) terão tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, artigos 42 a 49;
- **10.4.** Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.
 - **10.4.1.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
 - **10.4.2.** A **desistência de apresentar lance** implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.
- **10.5**. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, **segundo o critério menor preço por item**, respeitando-se o valor orçado.



- **10.5.1**. Os lances ofertados pelos participantes deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.
- 10.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o <u>valor estipulado</u> para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.
- **10.6**. Nas situações previstas nos subitens <u>10.4.2</u>. e <u>10.5.2</u>, deste Edital, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.
 - **10.6.1**. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.
- **10.7.** Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.
- **10.8.** Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.
 - **10.8.1.** A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.
 - **10.8.2.** Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.
- **10.9.** Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.
 - **10.9.1.** Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, a Pregoeira procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.
- **10.10.** Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.
- **10.11.** Será declarado vencedor do item a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pela Pregoeira quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;



- **10.12.** Para efeito deste Edital e a critério da Pregoeira **serão desclassificadas as propostas** que:
 - a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
 - **b**) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúbia interpretação, que dificultem o seu julgamento;
 - c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexeqüíveis;
 - d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.
- **10.13.** Havendo propostas ou lances, conforme o caso, de <u>microempresa ou empresa de pequeno porte</u>, com intervalo de até <u>5%</u> (cinco por cento) superiores à licitante melhor classificada no certame, serão essas consideradas **empatadas**, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do art. 44, da lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para, querendo, oferecer proposta de desempate.
 - **10.13.1.** O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.
 - **10.13.2.** Não sendo exercido o direito de preferência com apresentação de proposta/lance inferior pela microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o caso, no prazo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento de lances a contar da convocação da Pregoeira, ocorrerá a preclusão e a contratação da proposta originalmente mais bem classificada, ou revogação do certame.

11. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

11.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo **ramo** de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- I) <u>Cópia autenticada</u> do Ato Constitutivo da empresa (Contrato Social, Registro Comercial, Decreto ou Ata) para comprovar o ramo de atividade ou apresentação do CRC Cadastro de Registro Cadastral com o Município de Três Passos, válido.
- II) Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação, (modelo constante do **Anexo III**, deste Edital);
- **III)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- **IV**) Prova de regularidade para com as Fazendas: <u>Federal</u>(abrangendo as contribuições sociais nos termos da Portaria Conjunta RBF/PGFN 1.791/14) e quanto



à Dívida Ativa da União, <u>Estadual</u> e <u>Municipal</u>, sendo esta última da sede do LICITANTE, dentro do prazo de validade ou equivalente, na forma da lei;

V) Prova de regularidade relativa ao FGTS;

VI) Declaração de Não Existência de Trabalhadores Menores, (modelo constante do **Anexo IV**, deste Edital).

VII Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme art. 27, inciso IV, da Lei 8.666/93.

VIII) Relativamente à qualificação econômico-financeira do licitante:

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias da data de abertura do certame.
- **11.1.2.** Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração, até a data aprazada para o certame. Poderão ser autenticados documentos inclusive na sessão, desde que o representante da empresa possua consigo os originais.
- **11.1.3.** Os documentos expedidos via *internet* e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeira e Equipe de Apoio.
- **11.1.4.** A PREGOEIRA não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.
- **11.1.5.** Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.
- **11.1.6**. A apresentação do ato constitutivo da empresa para o credenciamento dispensa nova apresentação no envelope de documentos.

12. <u>DOS PROCEDIMENTOS</u>

12.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.



- **12.2.** Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e a Pregoeira rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.
- **12.3.** A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira ao vencedor.
- **12.4.** A Pregoeira poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

13. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

- **13.1.** Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, a Pregoeira procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.
- **13.2.** Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) *formal* (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). A Pregoeira poderá promover quaisquer diligencias necessárias à analise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- **13.3.** Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis à *microempresa ou empresa de pequeno porte*, para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pela PREGOEIRA. A falta do documento inabilitará a proponente.
- **13.4.** A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4°, inciso XXIII, da lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002.
- **13.5.** Caberá a Pregoeira <u>inabilitar</u>, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, <u>omitir qualquer dos documentos solicitados</u> ou apresentá-los fora do prazo de validade.
- **13.6.** Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, a Pregoeira fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.



LICITAÇÃO Nº 40/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2018 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM 14. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

- **14.1.** Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, a Pregoeira avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação com a adjudicação do objeto ao ofertante da melhor proposta, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.
- **14.2.** Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, a Pregoeira fará a adjudicação do objeto ao vencedor, com imediata emissão da confirmação, que discriminará e documentará as condições específicas para a contratação.

15. DOS RECURSOS

- **15.1.** *Antes* da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:
- solicitar <u>esclarecimentos</u>: por e-mail (<u>prefeituracompras@bol.com.br</u>) ou por escrito mediante protocolo diretamente com a Pregoeira, <u>até 03 (três) dias antes</u>;
- formular <u>IMPUGNAÇÃO</u> contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue a Pregoeira, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, a Pregoeira, devendo esta ser entregue ao destinatário <u>até 02 dias antes</u>;
- Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão da Pregoeira.
 - **15.1.1.** Havendo deferimento do pedido objeto do recurso que resulte em **alterações substanciais** nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço <u>www.trespassos-rs.com.br</u> no ícone LICITAÇÕES/2018. Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.
- **15.2.** Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de <u>recorrer</u> do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.
 - **15.2.1.** A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pela Pregoeira, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.
 - **15.2.2.** Presentes os pressupostos da admissibilidade, a Pregoeira dará novamente por *suspensa a sessão*, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às <u>razões</u> recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar impugnações ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.
 - **15.2.3.** O recurso contra a decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo.
- **15.3.** Os recursos deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, e encaminhado à Secretaria de Adminsitração, Divisão de



Compras e Licitações, da Prefeitura Municipal de Três Passos sito à Avenida Santos Dumont, 75, Centro, nesta cidade, para que proceda a sua entrega a Pregoeira responsável pela licitação.

- **15.4.** Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.
- **15.5.** A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.
- **15.6.** Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.
- **15.7.** O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

16. DA HOMOLOGAÇÃO

- **16.1.** Resolvido os recursos eventualmente formulados, ou na inexistência de recurso, a Pregoeira, fará a *adjudicação* dos itens objetos da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos ao Prefeito Municipal de Três Passos, para *homologação* e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.
- **16.2.** A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela Pregoeira, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

17. <u>CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO</u>

- **17.1.** Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado, para no prazo de 05 dias proceder na assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da **minuta constante no Anexo VII**, deste Edital, nos termos do art. 64º da Lei 8666/93.
- 17.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:
 - **I** Prestar a execução do contrato na forma ajustada, <u>vedada a subcontratação</u>, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;
 - II Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;



- **III -** Entregar as apólices no prazo fixado e prestar os seguros apenas, do dia útil seguinte ao vencimento das apólices atuais.
- **IV** Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigandose, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;
- V Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;
- VI Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- **VII** Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.
- **17.3.** O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **18.1** Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:
- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.
- **b)** 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.
- c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.
- **d**) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.
- **e**) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do *e-mail*, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;



- **f**) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;
- **g**) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- **h**) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.
- i) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.
- j) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.
- l) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.
- **18.2** As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.
- **18.3** Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.
- **18.4** As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.
- **18.5** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- **18.6** Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.
- **18.7** Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva,



sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

19. <u>DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</u>

- **19.1.** A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.
- **19.2.** O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.
- **19.3.** O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescer ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1° da Lei 8666/93.
- **19.4.** As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro da comarca de Três Passos Estado do Rio Grande do Sul, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

Três Passos/RS, 02 de abril de 2018.

De Acordo	José Carlos A. Amaral	
Procurador Jurídico Municipal	Prefeito Municipal	



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	1,00	UN		Kit Caixa Ativa e Passiva, com Bluetooth, mais 2 Suportes "Tripés" de metal para as caixas, cabo de no minimo10 metros para interligar as caixas. A Caixa ativa deve ser amplificada trapezoidal, mínimo de 200W RMS de potência, entrada USB, uma saída externa que permita a conexão da caixa passiva. Sistema Acústico: Bass Reflex, Driver: Piezo, Amplificador: Classe AB, Número mínimo de Canais: 2, Equalizador, Alto-Falante: 12", Alimentação: Bivolt automático (com fonte chaveada) e kit de 02 microfones de mão, sem fio, tipo UHF, longo alcance. Garantia de 12 meses.	3.107,00	3107,00
2	22,00	UN		Poltrona fixa em S. Encosto com estrutura injetada, tipo diretor, anatomicamente com 60 mm de espessura; Capa do encosto revestido em Vinil e fixadas com grampos, sem costuras; ASSENTO em madeira, compensado multilaminado com espessura de 12 mm, com curvatura na parte frontal para evitar o estrangulamento da corrente sanguínea nas pernas. Espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível com 60 mm de espessura; Revestimento em Vinil; Sustentação do encosto por mola. Apoio braços SL, em Polipropileno Copolímero injetado, regulagem de altura com botão. Essa poltrona deve atender os requisitos das normas NR17 – Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho, que trata da ergonomia e a requisitos da ABNT NBR 13962 – da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que normatiza os móveis para escritório, cadeiras, classificação, características físicas e dimensionais para que se obtenha um melhor conjunto em termos de conforto, ergonomia e durabilidade. DIMENSÕES APROXIMADAS - Altura do Encosto: 450 mm; Largura do Assento: 480 mm; Profundidade do Assento: 480 mm; Profundidade total da cadeira: 700 mm; Altura total da cadeira: 0,96. A cadeira deve atender os requisitos das normas NR17 – Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho, que trata da ergonomia e a requisitos da ABNT NBR 13962 – da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que normatiza os móveis para escritório, cadeiras, classificação, características físicas e físicas e	445,00	9790,00



3	2,00	UN	dimensionais para que se obtenha um melhor conjunto em termos de conforto, ergonomia e durabilidade Tonalidade da Cadeira azul marinho Roteador Wireless, Interface: 4 Portas LAN 10/100Mbps, 1 Porta WAN 10/100Mbps; Botões: Wireless Liga/Desliga, Botão RE, Botão WPS, Botão Reset e Botão Liga/Desliga; Antena: Pelo menos 2 antenas externas destacáveis de 8 dBi (RP-SMA); Padrões Wireless: IEEE 802.11n, IEEE 802.11g, IEEE 802.11b; Dimensões (L X C X A): 9.0 x 7.5 x 1.9 pol. (227.5 x 190 x 48.3mm); Frequência: 2.4-2.4835GHz; Taxa de Sinal: 11n: Up to 450Mbps(dinâmico), 11g: Up to 54Mbps(dinâmico), 11b: Up to 11Mbps(dinâmico); Sensibilidade de Recepção: 450M: -71dBm@10% PER, 130M: -74dBm@10% PER, 130M: -74dBm@10% PER, 108M: -74dBm@10% PER, 154M: -97dBm@10% PER, 11M: -91dBm@8% PER, 6M: -89dBm@10% PER, 1M: -97dBm@8% PER; Funções Wireless: Habilitar/Desabilitar Rádio Wireless, Repetidor, WMM, Estatísticas Wireless; Wireless: 64/128/152-bit WEP / WPA / WPA2, WPA-PSK / WPA2-PSK	219,00	438,00
	•		-	Total	13.335,00



PROJETO BÁSICO





TERMO DE REFERÊNCIA 002/2018

1 - OBJETO

Aquisição de:

- 01 Kit Caixa Ativa e Passiva, com Bluetooth, mais 2 Suportes "Tripés" de metal para as caixas, cabo de no minimo10 metros para interligar as caixas. A Caixa ativa deve ser amplificada trapezoidal, mínimo de 200W RMS de potência, entrada USB, uma saída externa que permita a conexão da caixa passiva. Sistema Acústico: Bass Reflex, Driver: Piezo, Amplificador: Classe AB, Número mínimo de Canais: 2, Equalizador, Alto-Falante: 12", Alimentação: Bivolt automático (com fonte chaveada) e kit de 02 microfones de mão, sem fio, tipo UHF, longo alcance. Garantia de 12 meses.
- 10 Poltronas fixa em S. Encosto com estrutura injetada, tipo diretor, anatomicamente com 60 mm de espessura; Capa do encosto revestido em Vinil e fixadas com grampos, sem costuras; ASSENTO em madeira, compensado multilaminado com espessura de 12 mm, com curvatura na parte frontal para evitar o estrangulamento da corrente sanguínea nas pernas. Espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexivel com 60 mm de espessura; Revestimento em Vinil; Sustentação do encosto por mola. Apoio braços SL, em Polipropileno Copolímero injetado, regulagem de altura com botão. Essa poltrona deve atender os requisitos das normas NR17 – Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho, que trata da ergonomia e a requisitos da ABNT NBR 13962 – da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que normatiza os móveis para escritório, cadeiras, classificação, características físicas e dimensionais para que se obtenha um melhor conjunto em termos de conforto, ergonomia e durabilidade. DIMENSÕES APROXIMADAS - Altura do Encosto: 450 mm; Largura do Encosto: 450 mm; Largura do Assento: 480 mm; Profundidade do Assento: 460 mm; Profundidade total da cadeira: 700 mm; Altura total da cadeira: 0,96. A cadeira deve atender os requisitos das normas NR17 – Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho, que trata da ergonomia e a requisitos da ABNT NBR 13962 – da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que normatiza os móveis para escritório, cadeiras, classificação, características físicas e dimensionais para que se obtenha um melhor conjunto em termos de conforto, ergonomia e durabilidade. Tonalidade da Cadeira azul marinho.

2 - JUSTIFICATIVA

Justificamos a necessidade dessa aquisição para adequação do auditório do Centro de Convivência Irmã Dulce onde são realizadas diversas atividades com os usuários da Assistência Social, especialmente

> Tres Passos-RS Av. Santos Dumont. 75 - Cep. 98:600-000 Fone. (55):3522-0400 CNPJ:87:613.188/0001-21.www.trespassos-rs.com.br







Município de Três Passos-RS Poder Executivo

Secretaria Municipal de Assistência Social

participantes do SCFV e do PAIF. No centro acontecem atividades como: oficinas de música, canto coral, recreação, ginástica, grupos de mulheres, grupos de idosos, dança, palestras, capoeira e taekwondo.

3 - SERVIÇOS

A empresa vencedora deverá entregar o produto junto ao CCID – Centro de Convivência Irmã Dulce, no parque de exposições Egon Julio Goelzer, nessa cidade, em horário de expediente (manhã das 08:00 as 11:30, tarde 13:30 as 17:30)

A empresa vencedora deverá apresentar catalogo de cores antes de fabricar a cadeira, sendo o fiscal do contrato o responsável pela escolha. Frete e impostos inclusos. Garantia mínima de 12 meses. A empresa deverá apresentar certificado de conformidade com a norma ABNT NBR 13962/2006 na habilitação. A empresa deverá apresentar a conformidade NR-17 assinado por ergonomista credenciado. A empresa deverá apresentar na proposta descrição e catálogo ilustrativo, sendo homologado somente se estiver de acordo com o solicitado no edital.

4 - PERÍODO PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A empresa deverá dar garantia de no mínimo 01 ano aos produtos. Em caso de defeito fica a contratada em prestar assessoria no local e responsabilizar-se pelo transporte do produto se houver necessidade de conserto.

5 - VIGÊNCIA CONTRATUAL

O Contrato a ser firmado entre o Município de Três Passos e a empresa vencedora do certame, terá vigência até o final da garantia do produto.

6 - VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O valor a ser pago pela empresa será de no máximo R\$ 7557,00 com base no valor mínimo dos orçamentos em anexo,

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Serão utilizados recursos FEAS 2017 – Convênio 1963/2017, conforme dotação orçamentária abaixo:

Três Passos, 09 de março de 2018

Assessor da SMAS

Visto e aprovado por:

Fabiane Amaral Secretária Mun. de Assistência Social

Très Passos-RS Av. Santos Dumont. 75 - Cep. 98,600,000 Fone. (55) 3522-0400







Município de Três Passos-RS Poder Executivo Secretaria Municipal de Assistência Social

TERMO DE REFERÊNCIA 003/2018

1 - OBJETO

Aquisição de:

- O2 Roteador Wireless, Interface: 4 Portas LAN 10/100Mbps, 1 Porta WAN 10/100Mbps; Botões: Wireless Liga/Desliga, Botão RE, Botão WPS, Botão Reset e Botão Liga/Desliga; Antena: Pelo menos 2 antenas externas destacáveis de 8 dBi (RP-SMA); Padrões Wireless: IEEE 802.11n, IEEE 802.11g, IEEE 802.11b; Dimensões (L X C X A): 9.0 x 7.5 x 1.9 pol. (227.5 x 190 x 48.3mm); Frequência: 2.4-2.4835GHz; Taxa de Sinal: 11n: Up to 450Mbps(dinâmico), 11g: Up to 54Mbps(dinâmico), 11b: Up to 11Mbps(dinâmico); Sensibilidade de Recepção: 450M: -71dBm@10% PER, 450M: -71dBm@10% PER, 130M: -74dBm@10% PER, 108M: -74dBm@10% PER, 54M: -77dBm@10% PER, 11M: -91dBm@8% PER, 6M: -89dBm@10% PER, 1M: -97dBm@8% PER; Funções Wireless: Habilitar/Desabilitar Rádio Wireless, Repetidor, WMM, Estatisticas Wireless; Wireless: 64/128/152-bit WEP / WPA / WPA2, WPA-PSK / WPA2-PSK
- 10 Poltronas fixa em S. Encosto com estrutura injetada, tipo diretor, anatomicamente com 60 mm de espessura; Capa do encosto revestido em Vinil e fixadas com grampos, sem costuras; ASSENTO em madeira, compensado multilaminado com espessura de 12 mm. com curvatura na parte frontal para evitar o estrangulamento da corrente sanguínea nas pernas. Espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível com 60 mm de espessura; Revestimento em Vinil; Sustentação do encosto por mola. Apoio braços SL, em Polipropileno Copolímero injetado, regulagem de altura com botão. Essa poltrona deve atender os requisitos das normas NR17 - Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho, que trata da ergonomia e a requisitos da ABNT NBR 13962 - da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que normatiza os móveis para escritório, cadeiras, classificação, características físicas e dimensionais para que se obtenha um melhor conjunto em termos de conforto, ergonomia e durabilidade. DIMENSÕES APROXIMADAS Altura do Encosto: 450 mm; Largura do Encosto: 450 mm; Largura do Assento: 480 mm; Profundidade do Assento: 460 mm; Profundidade total da cadeira: 700 mm; Altura total da cadeira: 0,96. A cadeira deve atender os requisitos das normas NR17 - Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho, que trata da ergonomia e a requisitos da ABNT NBR 13962 – da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que normatiza os móveis para escritório, cadeiras, classificação, características físicas e dimensionais para

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98 600-000 Fone: (55) 3522-0400 CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespassos-rs.com.br







Município de Três Passos-RS
Poder Executivo
Secretaria Municipal de Assistência Social
que se obtenha um melhor conjunto em termos de conforto, ergonomia e durabilidade.

Tonalidade da Cadeira azul marinho.

2 - JUSTIFICATIVA

Justificamos a necessidade dessa aquisição para adequação do auditório do Centro de Convivência Irmã Dulce onde são realizadas diversas atividades com os usuários da Assistência Social, especialmente participantes do SCFV e do PAIF. No centro acontecem atividades como: oficinas de música, canto coral, recreação, ginástica, grupos de mulheres, grupos de idosos, dança, palestras, capoeira e taekwondo.

3 - SERVIÇOS

A empresa vencedora deverá entregar o produto junto ao CCID – Centro de Convivência Irmã Dulce, no parque de exposições Egon Julio Goelzer, nessa cidade, em horário de expediente (manhã das 08:00 as 11:30, tarde 13:30 as 17:30)

A empresa vencedora deverá apresentar catalogo de cores antes de fabricar a cadeira, sendo o fiscal do contrato o responsável pela escolha. Frete e impostos inclusos. Garantia mínima de 12 meses. A empresa deverá apresentar certificado de conformidade com a norma ABNT NBR 13962/2006 na habilitação. A empresa deverá apresentar a conformidade NR-17 assinado por ergonomista credenciado. A empresa deverá apresentar na proposta descrição e catálogo ilustrativo, sendo homologado somente se estiver de acordo com o solicitado no edital.

4 – PERÍODO PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A empresa deverá dar garantia de no mínimo 01 ano aos produtos. Em caso de defeito fica a contratada em prestar assessoria no local e responsabilizar-se pelo transporte do produto se houver necessidade de conserto.

5 - VIGÊNCIA CONTRATUAL

O Contrato a ser firmado entre o Municipio de Três Passos e a empresa vencedora do certame, terá vigência até o final da garantia do produto.

6 - VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O valor a ser pago pela empresa será de no máximo R\$ 5.578,00 com base no valor mínimo dos orçamentos em anexo,

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98.600-000 Fone: (55) 3522-0400 CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespassos-rs.com.br





Nome do representante por Extenso CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

À:

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Prefeitura Municipal de Três Passos/RS A/C. Pregoeira Oficial
Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sed (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº
Cidade, Estado, em de de 20_
Assinatura do Representante legal da Empresa

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.



CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:	
Prefeitura Municipal de Três Passos	
A/C. Pregoeira Oficial	
Edital de Pregão Presencial nº/20	
Prezados Senhores,	
agging do ma gualidada da magnang (val lagal e	, portador do RG, abaixo
assinado, na qualidade de responsável legal c CNPJ , DECLARA e	na proponente,, xpressamente que se sujeita às condições
estabelecidas no Edital de Pregão Presenci	al acima citado e que acatará integralmente
qualquer decisão que venha a ser tomada pel proponentes que tenham atendido às condiçõ	
integral capacidade de executar o fornecimento	
os fins de direito, a inexistência de fatos supe	ervenientes impeditivos da habilitação ou que
comprometa a idoneidade da proponente nos ter Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alteraçõe	
Lei II 8.000, de 21 de junho de 1995, e aneraçõe	s subsequentes.
	Cidade, Estado, em de de 20
Assinatura do Representante legal da Empresa	
Nome do representante por Extenso	



CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:	
Prefeitura Municipal de Três Passos	
A/C. Pregoeira Oficial	
Edital de Pregão Presencial nº/201	
Declaramos para os devidos fins e especialment que a Proponente	te para o Edital de Pregão Presencial nº/201 (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob
n°, com sede	
(endereço completo), não mantém em seu o 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalh mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalha condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) a	o, ou em serviços perigosos ou insalubres, não adores menores de16 (dezesseis) anos, salvo na
	Cidade, Estado, em de de 20
	-
Assinatura do Representante legal da Empresa	
Nome do representante por Extenso	

Três Passos-RS Av. Santos Dumont, 75 – Cep. 98.600-000 Divisão de Compras e Licitações Fone: (55) 3522-0403 CNPJ: 87.613.188/0001-21 www.trespassos-rs.com.br



CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

$\frac{MODELO\ DE\ DECLARAÇÃO\ DE\ QUE\ A\ PROPONENTE\ CUMPRE\ OS\ REQUISITOS\ DE}{HABILITAÇÃO}$

À:			
Prefeitura Municipal de Três Passos			
A/C. Pregoeira Oficial			
Edital de Pregão Presencial nº/201			
Pela presente, declaro (amos) que, nos termos d			_
(indicação da razão soc habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL N de acordo com especificações e quantidades cons	N°/201, cujo objet	o é a Aquisiç	
	Cidade, Estado, em	de	de 20
Assinatura do Representante legal da Empresa			
·			
Nome do representante por Extenso			



CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VI

$\frac{\text{MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO}}{\text{PORTE}}$

À:
Prefeitura Municipal de Três Passos
A/C. Comissão de Licitações
Edital de n°/201
Declaro, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório que a empresa
Cidade, Estado, em de de 20
Assinatura do CONTADOR legal da Empresa
Assinatura do Representante legal da empresa e carimbo.



CLÁUSULA QUINTA: Do pagamento

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

Objeto: Aquisição de equipamentos eletrônicos e mobiliário para Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme termo de referência do anexo I do Edital. PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº /2018-PREGÃO PRESENCIAL Nº /2018.

CONTRATANTE: MU	UNICÍPIO DE TRÊS PASSOS, pessoa jurídica de direito público
	v. Santos Dumont, n° 75, inscrito no CNPJ sob n° 87.613.188/0001-21,
	or seu Prefeito Municipal, Sr, brasileiro, casado, inscrito no
	dor da Identidade n°, residente e domiciliado neste Município
de Três Passos, RS.	to de la lacitatade il minimi, l'estacite è dell'inclinate l'este l'isinelpie
•	Empresa inscrita no
CNPI nº	
na Rua/Av	, no Município de
	, Estado, neste ato representado pelo seu/sua
CNPF n°	
domiciliado (a)	na, no Município de
	, Estado
CLÁUSULA PRIMEIR	RA: Do vínculo com licitação e objeto:
O prese	nte contrato vincula-se ao Edital de Pregão Presencial nº/201,
	./201, autorização de fornecimento nº
CLÁUSULA SEGUND	A: Da descrição dos itens objetos do presente contrato
A Contr	atada obriga-se ao fornecimento do objeto que lhe foi adjudicado e
	licitatório, modalidade Pregão Presencial, conforme segue:
ITEM	. : descrição;
CLÁUSULA TERCEII	RA: Do valor
O valor	total ajustado para o presente contrato é de R\$ (reais), com
	resencial, após ofertas de lances.
CLÁUSULA QUARTA	: Da entrega
Os objet	os deverão ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias após recebimento
3	indicados no termo de referência/projeto básico no Município de Três
Passos/RS.	



O <u>pagamento</u> será efetuado 10(dez) dias úteis após a entrega dos objetos por empenho, conferência dos fiscais de contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Da vigência e fiscalização do contrato

O presente contrato terá vigência a contar de sua assinatura até 31.12.18. A fiscalização da execução contratual será efetuada pelo servidor Luis Carlos Padilha, conforme portaria nº......

CLÁUSULA SÉTIMA: Recursos orçamentários

As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão as expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: Secretaria Municipal de Assistência Social Unidade: Fundo Municipal de Assistência Social

Proj/Ativ.: 2132 — Manutenção da Secretaria de Assistência Social Elemento: 675 — 4.4.90.52. Equipamentos e material permanente

Recurso: FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social

CLÁUSULA OITAVA: Normas legais incidentes sobre o contrato

Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aceitas incondicionalmente pelos contratantes como eficaz para os termos deste contrato, a que se sujeitam, bem como para solucionar eventuais dúvidas em relação ao mesmo.

CLÁUSULA NONA: Responsabilidades do contratado

A empresa CONTRATADA se compromete a executar o contrato de acordo com as disposições do Edital e em conformidade com as cláusulas constantes neste instrumento, bem como a manter, durante toda sua vigência, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA: Das sanções administrativas:

- § 1º Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:
- **a)** Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.
- **b**) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.
- c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.



- **d**) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.
- e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do *e-mail*, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;
- **f**) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;
- **g**) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- **h)** Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.
- i) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.
- §2º As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.
- **§3º** Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.
- §4º As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.
- $\S 5^{\circ}$ Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- $\$6^{\circ}$ Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.
- **§7º** Esgotados todos os recursos, depois de notificado o CONTRATADO para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA: Rescisão contratual

O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses e na conformidade dos arts. 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93 e em conformidade com o Edital.



CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA: Foro

As partes elegem o Foro de Três Passos/RS, para dirimir quaisquer dúvidas emergentes do presente, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em quatro vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos da Lei.

	Três Passos, de de 2018.
Contratante:	Contratado:
Município de Três Passos Prefeito Municipal	
Jurídico:	
Testemunhas:	